

## A CONTINGÊNCIA E A RACIONALIDADE DISCURSIVA: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE SENTIDO EM DISCURSO

Juliana Vieira Chalub<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os aspectos principais da temática filosófica referentes à questão da *contingência e da racionalidade discursiva* desencadeiam um raciocínio muito produtivo para se pensar na constituição e na análise de discursos. O objetivo maior desse esforço teórico é produzir um material introdutório que demonstre a relação estreita que existe entre o processo de entendimento e o processo de produção de sentido. Por isso, esse trabalho perpassará o conceito de contingência ligado tanto à pragmática e à filosofia da linguagem quanto suas reverberações nos estudos sobre a produção de sentido em discurso. Para isso, voltaremos a lembrar e reafirmar a herança filosófica dos estudos da linguagem, suas vinculações com os estudos sociológicos e voltaremos nossa atenção à discordância entre dois teóricos pragmatistas Karl-Otto-Apel e Richard Rorty sobre a centralidade do conceito de contingência na linguagem quando representando uma realidade. Portanto, esse trabalho não se coloca a favor de um dos dois, mas elege a discordância destes como lugar produtivo para se pensar nos processos de produção de sentido em discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem; sociedade, contingência, estudos do discurso.

**ABSTRACT:** The main aspects of the philosophical issue concerning the question of contingency and discursive rationality trigger a very productive reasoning to think about the constitution and analysis of speeches. The main objective of this theoretical effort is to provide introductory material that demonstrates the relationship between the understanding process and the meaning production process. Therefore, this work emphasizes the concept of contingency belonging to both the pragmatic and the philosophy of language and its reverberations in the studies on the production of meaning in speech. For this, we will remember and reaffirm the philosophical heritage of language studies; its sociological studies links and then to turn our attention to the disagreement, between two theorists Karl-Otto-Apel and Richard Rorty, about the centrality of the concept of contingency in language. Therefore, this work does not arise in favor of either, but elects their disagreement as productive place to think about of speech meaning process.

**KEYWORDS:** language; society, contingency, discourse studies.

### Introdução

O discurso é um objeto de estudo que não incorpora uma definição fixa. A multiplicidade de áreas do conhecimento que o aplicam em suas teorias faz dele algo que nos ilude com sua aparência concreta, e não torna fácil estabelecer a fundamentação teórica de um conceito a ser desenvolvido dentro dos estudos discursivos.

Cada escolha teórica marca um tipo de entendimento do mundo refletido em discurso e revela a maneira de entender a questão da subjetividade, a qual se entremeia em configurações lógicas e escapa, criando sentidos novos. Tudo isso exige um esforço de organização de um arcabouço bastante heterogêneo de reflexões.

---

<sup>1</sup> Professora doutora em linguística, docente do Mestrado em Letras da Universidade do Vale do Rio Verde UNINCOR. juliana.chalub@unincor.edu.br

Temos percebido que as reivindicações atuais em prol da diferença, do singular e da pluralidade, como parte da formação de um conhecimento, repercutem, para os estudos do discurso, uma necessidade de nos empenharmos em reflexões que preconizem um modelo que leve em conta uma racionalidade discursiva sem, no entanto, descartar o aspecto contingente. A primeira característica representa a emergência do consenso pautado na intersubjetividade, e a segunda marca uma *ruptura* dessa segurança consensual pela criação de novas descrições da realidade.

Não perpassaremos todas as etapas que resultaram à consolidação da linguagem como interesse central do pensamento filosófico. Contudo, a ligação entre algumas teorias nos ajudará a estabelecer o que para nós, de certa forma, resume duas dimensões pelas quais o discurso se constrói: um tipo de repetição de um hábito de representação do mundo, e um tipo de redescritção que tenta inaugurar outros modos de se pensar a realidade.

Tais dimensões remetem a uma tensão entre as pretensões de universalidade e do particular na composição discursiva. Para chegarmos a esse fim, é necessário remontar algumas das preocupações teóricas em relação às maneiras como lidamos com a realidade e com a linguagem.

### **Heranças e contribuições da filosofia da linguagem**

Em uma trajetória que não pode se furtar de retomar o ponto de vista da Filosofia para falar sobre o sujeito, a razão e o sentido, é preciso chamar atenção para o que poderíamos chamar de ‘virada pragmática’, ou seja, na abertura da noção de linguagem, para além da função designativa, visto que a sua concepção inovadora destaca a característica comunicativa da linguagem como principal e, portanto, intersubjetiva e dialógica:

A linguagem se tornou, em nosso século, a questão central da filosofia. O estímulo para sua consideração surgiu a partir de diferentes problemáticas: na teoria do conhecimento, a crítica transcendental da razão foi, por sua vez, submetida a uma crítica da linguagem; a lógica se confrontou com o problema das linguagens artificiais e com a análise das linguagens naturais; a antropologia vai considerar a linguagem um produto específico do ser humano e tematizar a correlação entre forma da linguagem e visão de mundo; a ética, questionada em relação a sua racionalidade, vai partir da distinção fundamental entre sentenças declarativas e sentenças normativas (OLIVEIRA, 2006, p.11)

O pragmatismo originou-se no final do século XIX e se desenvolveu ao longo do século XX, principalmente nos Estados Unidos. Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910), e posteriormente John Dewey (1859-1952), são os principais representantes desse pensamento em suas várias vertentes. De forma geral, sem detalhar todo o percurso teórico, basta dizer que esses estudos colocam em destaque a ideia fundamental de que somos seres linguísticos e que estamos sempre em meio à linguagem, já que a compreensão da realidade só pode ser intersubjetiva, portanto, social, implicando sempre a estrutura do entendimento sobre algo.

Trata-se, fundamentalmente, de uma visão filosófica que, já centrada nos estudos da linguagem, amplia agora suas pretensões postulando que tal reflexão deve ser realizada enquanto prática social concreta, analisando o significado linguístico a partir da dimensão intersubjetiva da linguagem em uso, fazendo da *pragmática* o campo privilegiado dos estudos da linguagem. A filosofia da linguagem ordinária de Gilbert Ryle, a teoria dos atos de fala de Austin, e claro, a concepção de jogos de linguagem de Wittgenstein, todas podem ser incluídas nessa vertente:

A questão pragmática surgiu na linguística em razão do intenso intercâmbio entre ela e a filosofia e, sobretudo a chamada filosofia analítica. Tanto é verdade que a linha divisória que separa os linguistas que se interessam pela questão da significação e os filósofos que se interessam pela linguagem está se tornando cada vez mais tênue e, no entendimento de muitos acadêmicos, uma barreira puramente institucional (RAJAGOPALAN, 2010, p.242).

Rajagopalan (2010), em um breve histórico da filosofia da linguagem ordinária, nos apresenta a esse período filosófico desenvolvido, principalmente no, final da década de 1940 e início da década de 1960, tendo como pensadores centrais Ludwig Wittgenstein e J.L.Austin, cujo pensamento ainda ecoa em disciplinas variadas. O autor ressalta o fato de a filosofia da linguagem questionar a prevalência lógica formal na descrição da língua e estabelecer a linguagem ordinária como ponto de partida para questionamentos filosóficos.

O que se segue, então, é o interesse filosófico pela significação ou o sentido das expressões linguísticas em vez da natureza ou essência das coisas. Veremos, portanto, que uma grande contribuição para essa perspectiva dos estudos da linguagem é, principalmente, a obra *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein. Uma das preocupações centrais dessa obra é destruir o pressuposto no qual a linguagem é entendida como figuração do mundo, estabelecendo como alvo primário de sua crítica a tradição filosófica que consiste em atribuir

como função essencial da linguagem a representatividade em que palavras servem para designar objetos.

Esse novo percurso marca uma forte ligação com a filosofia da linguagem ordinária, a qual direciona a ideia de análise na pragmática para a linguagem como ação. De forma que, nessa perspectiva, o significado é estabelecido pelo uso que fazemos das expressões linguísticas nos diferentes contextos ou situações em que as empregamos. Ou seja, segundo o raciocínio desse autor, é no fluxo da vida que as palavras adquirem significado, pois, quando considerado separadamente, o signo parece morto e só recebe seu “sopro vital” no uso; ele quer dizer que a prática humana (social) passa a ser mediadora das relações que formam o sentido.

Segundo o próprio Wittgenstein (1989, p.28) “para uma grande classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ – se não para todos os casos de sua utilização – explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem”. Tal postulação aponta para uma definição do que seria a teoria dos jogos de linguagem, ou seja, “o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada”:

A partir dessa situação Wittgenstein supera a concepção tradicional da linguagem, mostrando sua parcialidade. Em nossa linguagem, não se trata apenas de designar objetos por meio de palavras (...) o Conceito de jogo de linguagem pretende acentuar que, nos diferentes contextos, seguem-se diferentes regras, podendo-se, a partir daí, determinar o sentido das expressões linguísticas. Ora, se assim é, então a semântica só atinge sua finalidade chegando à *Pragmática* (OLIVEIRA, 2006, p.139).

É permitido inferir que, em diversas situações de uso, os signos se adaptam, pois, como assevera Hjelmslev (1975, p.222), “toda língua além dos signos efetivamente utilizados, possui uma reserva praticamente inesgotável de possibilidades inexploradas”. Contudo, o uso é determinado por regras que são um “pano de fundo” – que vão muito além da língua, englobando os participantes (sujeitos), os objetos, as ações humanas e o contexto.

Apesar de não ser nosso objetivo aprofundar nessa teoria, é interessante notar que, mesmo sem uma definição muito clara, seguir uma regra – na concepção de Wittgenstein – aponta para pressupostos das relações intersubjetivas, ou seja, mesmo que logicamente mais elementar, no nível estritamente pragmático, uma regra não é anterior à ação. Portanto, não há um significado *a priori* para dar conta de todas as aplicações possíveis.

Dessa forma, o sentido é discursivo, ou seja, ele só se delineia em *uso*, não antes desse. Podemos dizer então que a perspectiva pragmática nos estudos da linguagem enfatizou

as produções significativas e apresentou um percurso teórico que a Análise do Discurso vem desenvolvendo desde a década de 1960. Isso só reafirma o fato de que, hoje em dia, podemos nos deparar com várias acepções de pragmática e de pragmatismo, com origens historicamente diversas e diferenças profundas.

Por causa da determinação da pragmática em considerar o sentido a partir do uso dos termos e expressões linguísticos em uma dada prática social, ou seja, por não considerar o significado como dado *a priori*, pode parecer que esta seja uma postura relativista. Essa é a base da crítica recebida pelo autodenominado neopragmaticista Richard Rorty.

Radicalizando a postura de descrença em relação à noção de verdade objetiva de Wittgenstein, Richard Rorty desenvolve os conceitos de *contingência* e *redescrição*. Digamos, antes de adentrar na apresentação desses conceitos, que entre sua explicitação desses e as críticas direcionadas a esse tipo de percepção, encontraremos, nessa arena, preocupações teóricas extremamente produtivas ao desenvolvimento dos estudos sobre uma composição discursiva.

Wittgenstein é um dos autores que mais marcou a ideias de Richard Rorty, segundo Rorty, esse autor dissolveu a maioria dos problemas filosóficos que ele foi educado a levar a sério. O pensamento wittgensteiniano possibilitou descartar as noções de “experiência”, “consciência” e “mente”, já que não haveria como se interpor entre a linguagem e seu objeto. Radicalizando o pensamento do autor de *Investigações Filosóficas*, Rorty preconiza que não existe maneira alguma de decidir se uma palavra é apropriada para se referir a uma experiência:

Assim, uma experiência perceptiva não é questão de algo ter sido “dado” à consciência e depois descrito em linguagem, mas de termos sido treinados a utilizar certos objetos de linguagem (“estou sentindo dor”, “isso é vermelho”, “essa é uma vaca”, “isso é bonito”) sob condições ambientais e neurológicas determinadas. Não existe nada de “inefável” na experiência, a consciência não tem nada de misterioso e não existe maneira de avaliar a linguagem em termos de “adequação”. As descrições linguísticas muitas vezes são suplantadas por outras descrições linguísticas, mas isso acontece porque as últimas são mais úteis, não porque representem melhor os objetos que descrevem. Essa visão da percepção enfraquece a idéia empírica de que os sentidos colocam nossa mente em “contato direto” com a realidade e também a idéia de que algumas descrições do mundo são mais próximas de “como o mundo é vivido diretamente” do que outras. (RORTY, 2003, s/p)

Segundo o pensamento de Rorty uma vez que abrimos mão da esperança de encontrar uma descrição mais precisa, é possível descartar a ideia de que a linguagem seja uma tentativa de representar a realidade com precisão ou de que a verdade consiste na correspondência com

a realidade. O objetivo de Rorty é tentar levar a compreensão filosófica da linguagem para outra perspectiva: “*redescrição* do mundo”. Para isso, ele elabora uma concepção de filosofia comprometida em negar a existência de significados estáveis, a correspondência entre linguagem e mundo e de realidades, verdades ou fatos que devam ser fixados como objetos de investigação.

Para o filósofo, deveríamos abandonar a ideia de justificação do conhecimento, trocando-a por uma noção de utilidade para propósitos sociais e não “teóricos”. Segundo ele, já que a verdade é criada e não descoberta, deveríamos nos ocupar em redescrever os fatos e não em explicá-los, criar uma dimensão inaudita em que algo possa vir a ser como uma origem sempre renovável.

Por trás dessa postura teórica um tanto radical, está a ideia de que o pensamento humano está sempre em construção, *contingente*, suscetível à dinâmica dos acontecimentos, impedindo-o de ser caracterizado por padrões fixos e descrições últimas. Segundo Rorty, qualquer descrição feita é sempre parcial, sujeita a mudanças, a novas descrições. Diante daquilo que ele chama de *slogans* do pragmatismo, “tudo é construção social” e “toda consciência é um fato linguístico” ele mostra que eles acabam sendo a mesma coisa:

Ambos são maneiras de dizer que nunca seremos capazes de pisar do lado de fora da linguagem, nunca seremos capazes de apreender uma realidade que não seja mediada por uma descrição linguística. Assim, ambos são maneiras de dizer que devemos suspeitar da distinção grega entre aparência e realidade, e que devemos tentar substituí-la por algo como a distinção entre “descrições menos úteis do mundo” e “descrições mais úteis do mundo” (RORTY, 2000, p.57).

O que fica muito marcado no pensamento desse autor é uma reação contra uma fundamentação metafísica da realidade, ou seja, uma posição teórica que rejeita a ideia de que exista uma realidade objetiva, contudo, há uma crítica forte a esse tipo de postulação que vai exatamente de encontro à ideia de contingência. O mais assíduo interlocutor de Rorty nesse caso é Karl-Otto Apel, fundador da *pragmática transcendental*. Também inspirado no pragmatismo e na filosofia pragmática da linguagem, ele se debruça sobre o desenvolvimento de uma pragmática voltada para a análise das condições de possibilidade da comunicação, de seus pressupostos e de suas implicações.

Apel rejeita veementemente a contingência, ele é um anti-relativista, embora aceite e reconheça o valor da crítica relativista em todos os seus sentidos. Ele acredita que Rorty exagera ao enxergar os processos de reinterpretação e redescrição constantes como

necessários para o indivíduo se tornar “mais rico e mais completo”. Para Apel, o objetivo dessa crítica é ressaltar que a perspectiva de Rorty não é sustentável porque propõe aquilo que ele mesmo nega: um ponto de vista normativo que fundamenta o processo de autodesenvolvimento. Ou seja, se a contingência é pressuposta, ela se torna um argumento contra a ideia de Rorty, provando, então, que o raciocínio do autor americano é uma *contradição performativa*, já que exige a falta de norma, criando uma norma:

Na realidade ninguém, nem o segundo Wittgenstein, nem Rorty, nem qualquer outro representante do "linguistic-pragmatic-hermeneutic-turn" pode renunciar ao recurso lógico-intelectual público para expor suas teses relativistas acerca da não validade universal das propostas filosóficas. No "público" já está implícita a racionalidade discursiva. Assim sendo, os relativistas recorrem a esquemas não-relativistas da argumentação para "provar" a não-racionalidade da argumentação. É contradição performática (APEL, 1999, s/p)

O ponto forte da crítica feita por Apel é o risco que se corre em trocar a “verdade” pelo “útil”. “Trata-se de uma ameaça direta à verticalidade do *homo sapiens*. Supor que a racionalidade estratégica (ainda que cheia de "boas intenções ianques") possa ser uma forma válida de se enfrentar a contingência ontológica é condenar-nos à barbárie. O que o autor propõe é levar em conta a crítica relativista e buscar condições de uma operação racional dos argumentos:

A crítica pragmática de que os significados das palavras são relativos ao meio político-social que utiliza essas palavras (as formas de vida e os jogos de linguagem de que falam os wittgensteinianos), ou seja, a tal saída de cena da metafísica como critério da verdade para a entrada da política e da contingência histórica como critério, como diria meu amigo Rorty, é um dado fundamental. Não reconhecer o peso (e a angústia) da "verdade" (..) é uma ilusão perigosíssima! (APEL, 1999, s/p).

Segundo Apel, os pensadores radicais do relativismo contemporâneo fizeram uma grande descoberta e não perceberam. A grande novidade trazida pelos pragmaticistas está na crítica que fazem ao solipsismo cognitivo e epistemológico da teoria do conhecimento; eles tiveram a “coragem” de mostrar que Descartes, Kant, Husserl estavam todos equivocados ao dizer que a racionalidade se pautava em um “eu penso” solitário:

Proponho abandonar o "eu penso" pelo "eu argumento". (...) A razão está concretamente presente na linguagem. Existem condições de possibilidade universais que sustentam qualquer argumentação séria possível, sem as quais o argumentador cai em autocontradição performativa. A filosofia transcendental é que deve lançar luz sobre essa questão. (APEL, 1999, s/p).

A partir do novo paradigma estipulado por Apel, “eu argumento”, “todo sentido, seja do pensar, seja do conhecer ou do agir, é mediado por uma comunidade real de língua e, na medida em que toda pretensão de sentido e de validade é pública, por uma comunidade ideal de comunicação e de argumentação” (HERRERO, 1997, p.502). O sentido é, antes, condicionado pela linguagem e integrado na estrutura da comunicação, ou melhor, na estrutura do discurso argumentativo.

É possível perceber que entre os dois autores, sobre esse tema, a crítica não chega a ser uma refutação, mas um possível complemento. Se menos radical, a *contingência* se tornaria a possibilidade de revisão das práticas e instituições sociais.

O que Apel propõe, portanto, é a reabilitação de noções como *verdade* e *universalidade* sem serem fatos nem objetivos nem "metafísicos" da cognição humana, mas produtos da interação mediada pela linguagem. Eles seriam estabelecidos por regras que constituem a racionalidade argumentativa e que criam responsabilidade entre os falantes.

Para esse autor, há um *a priori* da linguagem que está intrincado à primazia da pré-reflexão da vida prática no que concerne à constituição de sentido, tanto quanto à reflexão sobre a validade. Assim, a linguagem corresponde, tanto ao processo de pré-compreensão da realidade, quanto é condição de possibilidade de se refletir sobre a interpretação realizada sobre uma dada realidade.

Contudo, Rorty e Apel parecem concordar que desde a hermenêutica pós-heideggeriana, a teoria dos jogos de linguagem de Wittgenstein, a teoria dos atos de fala de Austin, a semiótica de Pierce; todas essas teorias têm em comum a referência a um *a priori* linguístico, mesmo que Apel reforce a fundamentação do pensar e do conhecer em um acordo intersubjetivo. A ideia que perpassa todas essas “correntes” de pensamento encerra a impossibilidade de uma linguagem privada, ou seja, de um sujeito solitário e excluído de um processo de socialização realizar de maneira válida algum tipo de conhecimento.

Mesmo que em uma perspectiva diversa, o pensamento de Rajagopalan<sup>2</sup> traduz essa discussão para os estudos da pragmática linguística:

Cognitivismo e societalismo não são simplesmente duas alternativas puramente teóricas. Tampouco é a escolha entre elas apenas uma questão de alcançar adequação para os níveis descritivos ou explicativos. (...) Cognitivismo e societalismo em pragmática têm como contrapartes na filosofia política o individualismo e o coletivismo – o que implica opiniões conflitantes sobre o ser humano, sobre a sociedade e a relação entre os dois.

---

<sup>2</sup> RAJAGOPALAN, 2010, p. 43.

A desconsideração da sociedade ... tem importantes conotações políticas. (...) O importante aqui... é “a ancoragem social do uso da linguagem – e não como alguns gostariam de ter, a redução de toda a sociedade ao uso da língua, isto é, a contendas discursivas (RAJAGOPALAN, 2010, p.43.)

## **Linguagem e realidade social**

Fica claro que a discussão filosófica sobre as representações que fazemos sobre nossa realidade, ou seja, a conjunção entre uso da linguagem e o mundo, é delicada e, como estamos vendo, já inquietou diversas áreas do pensamento. O contexto genérico em que se dá essa discussão revela uma tendência que se desenvolve confluindo para duas dimensões: uma *subjetiva* e outra *objetiva*.

A primeira diz respeito a dar importância maior para a relação sujeito/linguagem e a segunda que se focaria na dupla linguagem/mundo. Pode-se perceber que há posturas teóricas que tendem a eleger uma dimensão prioritariamente em relação à outra, marcando posturas filosóficas que consideraram a realidade ora como uma produção essencialmente construída e criada pelo sujeito, ora fundamentada por elementos objetivos independentes da existência humana.

Não é difícil perceber que em se tratando de um estudo sobre o discurso, esses pares são de imediato dissolvidos, e se é realmente necessário estabelecer o pilar onde se apoiaria as teorias discursivas, diríamos que seria bem aos moldes do pensamento apeliano: de *significado intersubjetivamente válido*. Pensamento esse que convoca, para sua formulação, a inerência de uma argumentação racionalmente construída.

Teoricamente, é importante perpassar, de maneira geral, de que forma uma visão de realidade influencia nossas observações acerca da construção e da análise de discursos. Tentaremos resumir as investigações de outras duas abordagens que, também, ao tratar da concepção da realidade, reconhecem os fundamentos de sua construção de maneiras distintas, contudo, convergentes.

Os sociólogos Berger e Luckmann (2003), tratando longamente sobre o assunto em seu conhecido livro *A construção social da realidade*, partem da premissa de que o homem, por meio de suas ações, constrói uma realidade social. Esta é, obviamente, uma visão da Sociologia e até anterior à discussão travada entre Rorty e Apel. Contudo, a ideia aqui é fazer

tal texto dialogar com o de Searle (1995), mais próximo dos estudos da linguagem, além de mapear alguns termos que utilizaremos para o nosso propósito.

Segundo Berger e Luckmann (2003) uma ordem social não pode ser entendida como natural, independente do homem. A realidade, segundo os dois autores, confronta o sujeito de maneira objetiva, e por meio da *objetivação* – um tipo de processo de produção que faz referência às ações humanas –, cria-se algo que se torna social e referência imediata à realidade. Os autores afirmam que a dimensão subjetiva pode ser definida como um processo de socialização do sujeito e que a objetividade é a institucionalização da experiência subjetivada.

Segundo eles, as duas dimensões promoveriam um ciclo em que a realidade seria subjetivada e, portanto, socializada, e essa experiência (de socialização) seria objetivada, criando regularidades, hábitos e institucionalização. O reconhecimento dessas duas dimensões é mais comum nos estudos sociais que nas teorias sobre o discurso; contudo, pensamos que elas podem ser de grande valia para uma compreensão mais ampla do processo enunciativo. A postura teórica dos autores cria uma circularidade que embute o raciocínio de que a realidade seria totalmente construída pela relação sujeito e mundo, de modo que ela seria, por definição, uma experiência subjetiva:

Entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana. Sua presença privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante. (...) A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem dos objetos que foram designados como objetos antes da minha entrada em cena (BERGER&LUKMANN, 2003, p. 38).

Assim, o processo de *objetivação*, segundo os autores, seria desencadeado por hábitos comuns que, por meio de atividades diversas, criam um automatismo que é importante gerador de economia. Essa economia de esforços é transmitida de geração para geração a fim de que as subsequentes enfrentem de maneira mais hábil e prática certas condições da realidade.

Nessa concepção, os autores vão afirmar que por meio de códigos comuns construímos o nosso cotidiano, e ele seria, por excelência, nossa referência daquilo que podemos chamar de uma realidade mais imediata.

É a partir de uma relação subjetiva que estabeleceríamos uma “verdade objetiva”, como ressalta Merleau-Ponty sobre o pensamento kantiano: “essa *objetivação* se forma na medida em que constrói e na medida em que o objeto é apenas um elemento numa

representação coerente que pode ser retificada e precisada indefinidamente, mas jamais se confunde com a coisa mesma” (MERLEAU-PONTY, 2006, p.2). Ou seja, o cotidiano apresenta-se como interpretado e dotado de sentido na medida em que forma um mundo coerente:

A atividade humana está sujeita ao hábito, qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão (BERGER&LUKMANN, 2003, p.77).

É importante dizer que, na visão dos autores, quando ocorre uma aceitação coletiva de uma dada atribuição de função, ou seja, quando “há uma tipificação recíproca de ações habituais por um determinado número de atores”, ocorre a *institucionalização*. Esse fenômeno faz com que os hábitos ganhem caráter de objetividade por meio das regras (regras constitutivas) geradas durante esse processo, e ganhem um estatuto de externo ao sujeito, fazendo parecer que é uma realidade natural. Isso porque, “a objetividade do mundo institucional ‘espessa-se’ e ‘endurece’(...) torna-se ‘é assim que essas coisas são feitas’”.

A ideia circular cria a ilusão de que vários fatos sociais são objetivos, ou seja, não dependem do sujeito, gerando o pensamento de que não há outro modo de realizar certas ações. Não é difícil pensar em exemplos cotidianos dessa ilusão de que é natural agir de uma maneira e não de outra. Por exemplo, se uma criança ocidental fizer a pergunta: “Por que comemos com talheres?”, as respostas mais comuns poderiam ser “Porque é o certo”, “Porque de outra maneira é difícil ou errada”, dentre outras.

Há uma tendência humana em manter os costumes pelo processo circular e contínuo entre exteriorização, *objetivação* e interiorização; e, de qualquer maneira, não é uma tarefa fácil romper com o habitual, pois como dizem os autores, “um mundo assim considerado torna-se real de maneira ainda mais maciça e não pode mais ser mudado com tanta facilidade” (BERGER&LUKMANN, 2003, p.77)

De maneira geral e resumida, Berger e Luckmann mostram que “essa integração exige a sistemática consideração da relação dialética entre as realidades estruturais e o empreendimento humano de construir a realidade na história”, de modo que a realidade objetiva e a realidade subjetiva compõem o que é a sociedade, tendo por fundamento a relação dialética entre elas.

As investigações de John Searle (1995)<sup>3</sup> sobre a nossa relação com a realidade social não faz referência direta à obra de Berger e Lukmann (*A construção social da realidade*), porém, em seu título, parece fazer uma contraposição quando cria um jogo de palavras: *A construção da realidade social*.

O que veremos, na verdade, é que há uma diferença de foco sobre o mesmo tema, deixando entrever tanto aquilo que se quer marcar como diferença de percurso quanto uma convergência.

Nessa obra, Searle faz uma análise da relação entre a realidade física e social. O objetivo desse autor é descrever como a realidade física provê fundamentos para a construção da realidade social, e ressalta a natureza das regras que constituem e regulam o mundo social. Sua posição teórica clara é o realismo, este diz respeito à ideia de que há uma independência do mundo real em relação às representações que fazemos dele. Segundo ele, “Realism is the view that there is a way that things are that is logically independent of all human representations. Realism does not say how things are but only that there is a way that they are.”

Para demarcar essa independência do mundo em relação à maneira como o representamos, o autor faz uma distinção entre o que ele chama de fatos brutos (físicos) e fatos mentais. Os fatos brutos se constituem por elementos como montanhas, árvores, rios, etc., já os fatos mentais são constituídos pelas nossas percepções, sentimentos e julgamentos.

Ele afirma que fatos brutos são objetivos, e os fatos sociais podem ser tanto objetivos quanto subjetivos. A fim de explicar essa classificação, ele mostra que os fatos brutos são objetivos na medida em que não dependem da nossa atitude sobre eles. Fica mais claro perceber com o seguinte exemplo: sendo as montanhas fatos físicos, a existência delas não depende de nenhum sujeito. Por outro lado, Searle vai dizer que os fatos sociais precisam do ser humano para que possam existir. Por exemplo, o valor de uma nota de cinco reais é um fato social que depende de um acordo de que uma nota de cinco dólares vale alguma coisa.

A partir desse raciocínio, Searle vai chegar ao que ele chama de *fatos institucionais*, que seriam os fatos sociais imbricados a algum tipo de instituição. A ideia é que as regras sociais reguladoras ou constitutivas fornecem a estrutura para fatos institucionais. Contudo, mesmo marcado pelo social e, portanto, originalmente, subjetivos, os fatos institucionais

---

<sup>3</sup> Essa obra foi consultada em arquivo Kindle, o qual não possuía paginação. Infelizmente, portanto, não foi possível indicá-las nas referências.

dependerão, em última análise, dos fatos brutos, ou seja, a realidade social é definida pela realidade física.

O que Searle quer expor é que fatos brutos têm prioridade lógica sobre os fatos institucionais. Se não há fatos brutos para fornecer uma base para os fatos sociais, então não há base lógica para a estrutura da realidade social:

For example, just about any sort of substance can be Money, but Money has to exist in some physical form or other. Money can be bits of metal, slips of paper, wampum, or entries in books.(...)It doesn't matter what the form is as long as it can function as money, but money must come in the physical or other. (...) institutional facts especially, are hierarchically structured. Institutional facts exist, so to speak, on top of brute facts (SEARLE, 1995, s/p).

Em um trabalho posterior, Searle (1995) retoma a discussão anterior, partindo sempre da mente humana para compreender como a realidade social torna-se objetiva. Sua reflexão vai considerar que a realidade social é constituída, em parte, por uma dependência da intencionalidade humana. Ou seja, Searle leva em conta a constituição biológica da mente humana, compreendendo que a mente tem o papel de proporcionar certas formas de relação com o meio ambiente e com as outras pessoas, tendo essa relação o nome de *intencionalidade*.

A definição de *intencionalidade* se dá como um “termo genérico para todas as formas pelas quais a mente pode ser dirigida a, ou referir-se a objetos e estados de coisas no mundo” (SEARLE, 2000, p.83). Devemos perceber que o autor promove a reflexão em outro plano. Não é mais a distinção de como os elementos da realidade se apresentam, mas a maneira pela qual nos relacionamos com eles.

Portanto, segundo esse autor, a mente é uma estrutura biológica que promove a abertura para a sensação e para a percepção do mundo das coisas. O conceito de intencionalidade individual está ligado ao que o autor nomeou de *intencionalidade coletiva*, que seria uma forma de relação da mente com o mundo, porém, com a disposição de cada sujeito em pensar o formato de um “nós”. É a afirmação de que a realidade, quando representada, é sempre ligada à ideia de sociedade, de troca e de acordos.

Searle ressalta, ainda, uma característica da construção de uma realidade institucional: a capacidade humana de atribuir funções aos objetos. Essas funções estariam intimamente ligadas a uma determinação desses objetos; tais determinações dependeriam das ações do

sujeito. Ou seja, uma função só existe como atribuição, não é natural. Nesse raciocínio, todas as instituições humanas são decorrentes das funções e, portanto, são subjetivas.

Por fim, Searle trata das regras constitutivas. Elas regulam atividades já existentes ou constituem uma atividade regulada por elas. Há aqui uma grande aproximação com o fenômeno da institucionalização, descrito pelos autores Berger e Luckmann, que faz com que os hábitos ganhem caráter de objetividade por meio de regras.

Quando Searle reflete sobre a linguagem e a intencionalidade, considera que aquilo que ele nomeou como fato bruto é sempre representado e se apresentará como fato institucional e, assim, demarcará a base linguística da subjetividade. Além disso, ressalta que “the feature of language essential for the constitution of institutional facts is the existence of symbolic devices. such as words, that by convention mean or represent or symbolise something beyond themselves.” (SEARLE, 1995, s/p).

Isso significa, para Searle, que uma dada proposição tem a capacidade de representação por convenção. Por exemplo, levando em consideração o enunciado “tenho fome”, o fato bruto *sentir fome* não depende da linguagem ou de outra convenção para existir. Há, aí, um reforço da ideia de que não são nossas representações da realidade que criam a realidade, existem elementos no mundo que mesmo que desapareça toda linguagem eles continuarão a existir.

Searle foi severamente criticado por essa reflexão. Seu conceito de *intencionalidade* vai de encontro às formulações de seus contemporâneos, como as do próprio Apel: “ Me parece que em libro de Searle *Intencionalidad* el retorno a la situación anterior al linguistic turn está em relacion com este desacoplamiento entre la intención significativa y la intención comunicativa” (APEL, sd, p.95). A dura crítica que Apel faz não só discorda desse retorno, como pergunta se é realmente importante tal tipo de reflexão.

La cuestión disputada muy general y muy fundamental de la filosofía de nuestro siglo: la cuestión de la prioridad metodológica o bien de la conciencia intencional o bien de lenguaje para de la determinación del significado. La cuestión puede plantearse también del siguiente modo: ¿que és más fundamental (more basic) para la fundamentación de uma teoria del significado: el significado de los signos fijado en el sentido de convenciones lingüísticas, o el significado que prestamos a los signos en virtud de la intencionalidad prelingüística de nuestra conciencia, al otorgarle vehiculos sígnicos físicos? (APEL, 2009, p.98).

É com essa pergunta que Apel inicia uma série de questionamentos à teoria *intencional* de Searle. Em acordo com Apel, pensamos que mesmo que o raciocínio searliano

nos mostre que usamos a linguagem para atribuir funções aos objetos e às atividades, e tais funções sejam sempre dependentes do sujeito, é difícil defender Searle dizendo que ele não excluiu a subjetividade em prol do seu realismo. O problema maior é que ele fundamentou essa subjetividade ilhada em conteúdos mentais, excluindo da discussão o aspecto intersubjetivo da significação, incorrendo no risco de solipsismo metódico.

De modo que fica claro que a crítica de Apel quer mostrar que falta à teoria de Searle a consciência ou, pelo menos, a explicitação de que qualquer dizer legítimo sobre o mundo sempre pressupõe regras argumentativas próprias da intersubjetividade inerente às produções discursivas. Isso valeria até para o sujeito falando consigo mesmo, já que nessa perspectiva a consciência é mediada linguisticamente. “Esse discernimento de Wittgenstein parece peremptório: ‘um único indivíduo uma única vez’ não pode seguir regra alguma” (APEL, 2000, p.323). Ou seja, a impossibilidade de uma “linguagem particular” é argumento forte contra a *filosofia da consciência*, na qual se encaixaria a *intencionalidade* de Searle. Para reafirmar essa crítica, Apel exemplifica:

Por ejemplo, todos los participantes de una expedición, a los cuales se les enseñase una fotografía, podrían confirmar que vieron algo así, sin poder decir de qué se trata. El mentar intencional y las condiciones de satisfacción, determinadas por él, de la creencia en la existencia de un estado de cosas, serían explicitables em este caso – para hablar com Peirce – sólo em sentido de la “Primeridad” (ser-así de las cualidades sensibles) y de la “Segundidad” (encuentro del yo com el no-yo), pero no en el sentido de la “Terceridad” (interpretabilidad *como algo*) (APEL, 2009, p.323)

Ao retomar o pensamento pierciano, Apel convoca a ideia de que o conhecimento a respeito de algo só completa realmente seu “ciclo” no momento em que há uma *interpretação* daquilo que foi percebido pelos sentidos, jogando por terra o raciocínio searleano de uma dependência unilateral do significado linguístico em relação à, presumidamente mais importante, intencionalidade da consciência.

Assim, se relacionarmos o pensamento de Berger e Luckmann com o desenvolvimento da teoria de Searle, perceberemos que eles estruturam suas investigações sobre a realidade social em pontos de partida divergentes.

Enquanto Searle tem suas preocupações fundadas da mente para a sociedade, Berger e Luckmann não privilegiam a ótica da mente, eles inauguram seu pensamento partindo da ação do sujeito para o mundo e desta ação para um processo de internalização subjetivo. Para esses autores, a realidade sociocultural se dá de maneira concomitante ao desenvolvimento

biológico do homem. Portanto, seria possível dizer que Searle não nega isso nem uma vez, só não optou por essa perspectiva.

Apesar das divergências, são as convergências de fundo que mais interessam. O conceito de realidade formulado por eles parece um bom exemplo dessa convergência. Para Searle (2000, p.18) “há um mundo real independente de nós, independente de nossas experiências, pensamentos, linguagem”. Em Berger e Luckmann (2007), a realidade é definida como “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’)”. Há também a concordância entre essas duas visões de que a realidade social é também, mesmo que parcialmente, criação do ser humano ao longo de sua história:

A realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade. Para entender o estado do universo socialmente construído em qualquer momento, ou a variação dele com o tempo, é preciso entender a organização social que permite aos definidores fazerem sua definição. Dito um pouco rudemente, é essencial insistir que nas questões sobre as conceituações da realidade historicamente acessíveis, do abstrato “o que?” ao sociologicamente concreto “quem diz?”. (RAJAGOPALAN, 2010, p.98)

Poderíamos completar com o modo discursivamente apropriado: “como se diz?”. Toda essa discussão nos faz situar nossas atividades enunciativas como fatos sociais institucionalizados, já que dependem de convenções, acordos e regras constituintes:

Todo significado publicamente válido de nuestras intenciones significativas está predeterminado por convenciones lingüísticas, no sólo com respecto a la representación de estados de cosas própria del contenido proposicional de actos de habla, sino, también, com respecto a la, así denominada “fuerza ilocucionaria” (APEL, 2009, p.109)

## **Considerações finais**

Transportando essa discussão para os estudos discursivos, podemos dizer que o discurso lidará tanto com os elementos da realidade objetiva, quanto os da realidade subjetiva. De modo resumido, a linguagem também é capaz de criar fatos brutos, além de gerar categorias que possibilitam a se referir a eles; e no momento em que são criadas, permitem que tenhamos uma referência comum. Dependente da existência dos sujeitos, o discurso se faz social e, portanto, marcado pela subjetividade.

Acreditamos que o ser humano possui uma variedade de caminhos interconectados para acessar e representar o mundo. Entre esses meios, estão a percepção, o pensamento, a linguagem, assim como desejos, pinturas, mapas e diagramas, etc. Contudo, é importante alertar para o fato de que sistemas de representação ou esquemas de conceitos, por serem criações humanas são sempre arbitrários, e tipos diversos podem ser usados para representar a mesma realidade.

Seria um erro, portanto, supor que exista um *vocabulário* melhor para descrever algo, pois não há vocabulário privilegiado para descrever a realidade. Para nós, o interessante é notar que, a despeito do lado que se escolha para defender, toda essa reflexão confirma a existência de sentidos discursivos que são permeados por essas posturas diante da realidade.

Há nos discursos um exercício de descrição e redescricao de uma dada realidade, portanto, os aspectos principais da temática filosófica referentes à questão da *contingência e da racionalidade discursiva* desencadeiam um raciocínio muito produtivo para se pensar na constituição e na análise de discursos.

A contingência radical defendida pelo neopragmático Richard Rorty, se inserida em uma perspectiva dos estudos do discurso, transportam-nos para uma reflexão acerca da plasticidade argumentativa. Ela ressalta a criatividade desencadeada por relações intersubjetivas inerentes ao processo de descrição da realidade. Essa característica tem como fundamento estabelecer no discurso um desvio à forma comum de reprodução do real.

Contudo, sabemos que em discurso tal contingência tem limites estabelecidos pela função comunicativa própria da atividade discursiva. Esses limites convocam a defesa feita por Karl-Otto Apel de uma racionalidade argumentativa que mesmo reconhecendo a inexistência de uma verdade objetiva, não se furta de tentar, ao menos, estabelecer argumentos que promovam um consenso entre os parâmetros de uma ética pautada na intersubjetividade.

É, portanto, diante de uma proposta de redescricao intrincada à característica contingente e em uma necessidade de racionalização argumentativa do discurso que se pode fundamentar um instrumental de análise que revelaria a tensão entre o imitar e o criar quando se diz o mundo.

## REFERÊNCIAS

- APEL, Karl-Otto. *Estudos de Moral Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- APEL, Karl-Otto. Folha de S. Paulo. São Paulo, Domingo, 26 set 1999. Entrevista cedida por Karl-Otto a Luiz Felipe Pondé. Disponível: << <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2609199905.htm>>>.
- APEL, Karl-Otto. *Transformação da filosofia 1*. São Paulo: Loyola, 2000.
- APEL, Karl-Otto. *Transformação da filosofia 2: o a priori da comunidade de comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FREGE, G. Função e conceito, In. G. Frege. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- HALL, Stuart. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003
- HALL, Stuart (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London / Open University, 1997.
- LADRIÈRE, Jean; Muchail, Salma Tannus. *A articulação do sentido*. São Paulo: E.P.U.: EDUSP, 1977. 244 p.
- OLIVEIRA, Manfredo Araujo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PEIRCE, Charles S. *Escritos coligidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, c1980.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- RORTY, Richard. *Contingencia, ironia e solidariedade*. Lisboa: Presença, 2007.
- RORTY, R., *Caderno Mais!* Jornal Folha de São Paulo. 8 de junho de 2003. Disponível em: << <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0806200306.htm>>>.
- RORTY, Richard; Ghiraldelli Jr., P. *Ensaio pragmatistas sobre subjetividade e verdade*. Rio de Janeiro: DPA, 2006. 191
- RORTY, Richard; MAGRO, Cristina; PEREIRA, Antonio Marcos. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- SANTOS, Fausto dos. *Filosofia aristotélica da linguagem*. Chapecó, SC: Argos - Editora Universitária, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SEARLE, John R. *Mente, linguagem e Sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SEARLE, John. *The Construction of Social Reality*. New York: TheFree Press 1995. – versão Kindle.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

**Artigo recebido em março de 2015.**  
**Artigo aceito em junho de 2015.**